

MST em Ártemis

Prazo prorrogado

Acampamento pode ficar no distrito por sete meses para Incra definir assentamento

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ganhou novo prazo de sete meses para assentar as famílias que estão instaladas provisoriamente no acampamento Nelson Mandela, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A decisão foi tomada na quarta-feira, em audiência de conciliação em que se discutiu a reintegração de posse da área ocupada no distrito de Ártemis.

A audiência ocorreu no Fórum de Piracicaba entre representantes do MST, do Incra e do proprietário da área. O vereador José Antonio Fernandes Paiva (PT), que acompanha o movimento desde a primeira ocupação, em 2013, a pedido das partes, também participou da audiência.

Durante a conciliação, o representante do Incra explicou ao Juiz Mauro Antonini e ao promotor de Justiça Fábio Salem que as negociações com as duas áreas previstas até então para assentamento não tiveram sucesso, por desistência dos proprietários. “Com isso, o Incra solicitou novo prazo em



Acampamento está em área de Ártemis e conta com 64 famílias que produzem agricultura de subsistência

busca de uma nova área”, explicou Paiva.

Os representantes do movimento disseram da importância da disponibilidade de uma área, pois a atual é pequena para o desenvolvimento da agricultura agroecológica familiar e também aguardam o mais

breve retorno do Incra.

“O movimento está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. São cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra com a organização dos trabalhadores rurais, fixando o homem no campo, gerando receitas para as famílias e geran-

do avanços à agricultura familiar brasileira”, disse o vereador.

Desde o início do processo, por iniciativa do vereador Paiva, a Câmara de Vereadores aprovou duas moções de sua autoria solicitando agilidade ao Incra na definição de uma área.

ACAMPAMENTO

Movimento conta com 64 famílias

O acampamento Nelson Mandela, do MST, em Ártemis, conta com 64 famílias e promove na área produção para subsistência.

Os representantes do MST na audiência de quarta-feira destacaram ainda que promoveram a recuperação da área, que estava em situação de degradação. “Técnicos da Esalq/USP supervisionam os trabalhos dos agricultores e, depois da desocupação, a terra estará em situação muito melhor da encontrada há dois anos”, afirmou o vereador José Antonio Fernandes Paiva.

Na audiência, o representante do proprietário da área reiterou a necessidade de desocupação e concordou que os agricultores fiquem na área pelo prazo de sete meses para que o Incra aponte uma solução.

